**Instruções para preenchimento do formulário:**

1. No campo Documento, deve ser especificado o instrumento licitatório para o qual está sendo sugerida modificação. Neste campo, deve-se digitar apenas pré-edital ou minuta do contrato;
2. No campo Natureza da sugestão, deve ser indicado se a sugestão proposta é de Inclusão, Alteração ou Exclusão;
3. No campo Item, deve ser discriminado o item do pré-edital, ou a cláusula da minuta do contrato, ou, ainda, o anexo para o qual está sendo sugerida modificação. Neste campo, deve-se digitar apenas o número do item ou o número da cláusula, sem detalhar o seu título. No caso de sugestão à anexo, deve-se incluir o número do anexo e o número do item objeto da sugestão, caso existente. Caso a sugestão seja de Inclusão, deve-se especificar o número que o item ou a cláusula teria caso a sugestão fosse acatada pela ANP;
4. No campo Proposta de alteração, deve ser redigida a redação proposta para o item, em sua versão final. Não se deve usar texto tachado, negrito, sublinhado ou destacado em cores. Caso a sugestão seja de Exclusão, deve-se deixar o campo em branco;
5. No campo Justificativa, deve ser descrita a justificativa para a sugestão proposta.

**Exemplo de preenchimento do formulário de comentários e sugestões:**

| **Documento** | **Natureza da sugestão** | **Item** | **Proposta de alteração** | **Justificativa** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo II – 3.2.1 | Texto proposto. | Justificativa. |
| Pré-edital | Exclusão | 1.4.3 |  | Justificativa |

**Instruções para envio do formulário:**

Após o preenchimento deste formulário, remeta-o à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) até às **18 horas do dia 11 de julho de 2018** peloe-mail [rodadas@anp.gov.br](mailto:rodadas@anp.gov.br). A utilização deste formulário é obrigatória. Não serão aceitas sugestões e comentários fora do padrão deste formulário.

**FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**

CONSULTA PÚBLICA Nº 15/2018

| **Documento** | **Natureza da sugestão** | **Item** | **Proposta de alteração** | **Justificativa** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Pré-edital | Alteração | Tabela 18, 10.1.4 | Fazer referência ao Anexo X na coluna modelo. | O item relativo ao Contrato de Consórcio constante na Tabela 18 indica que não há modelo de Contrato de Consórcio a ser adotado. Ocorre que o modelo consta no Anexo X e as empresas devem segui-lo. |
| Pré-edital | Alteração | 10.1.2.3 | Serão admitidos contratos de penhor de petróleo e gás natural produzidos no território nacional, em campos onde a extração do primeiro óleo tenha ocorrido há pelo menos dois anos e a produção se mantenha nesse período, e que apresentem reservas provadas que suportem a curva de produção comprometida.  Um mesmo campo poderá ser considerado para fins de garantia financeira para um ou mais blocos adquiridos na 5ª Rodada de Partilha de Produção.  Campos que estão sendo utilizados como garantia financeira do PEM em blocos adquiridos em outras rodadas de licitação e/ou em outros contratos, também poderão ser usados para esta mesma finalidade na 5ª Rodada de Partilha de Produção, desde que cumpram com os pré-requisitos estabelecidos neste edital. | Sugerimos que seja explicitado que um mesmo campo possa ser usado como garantia financeira do PEM de um ou mais blocos adquiridos na 5ª rodada ainda que esteja servindo como garantia para outras rodadas e/ou outros contratos |
| Pré-edital | Exclusão | 10.1.2.3 | Remover parágrafo: Somente serão aceitos, para fins de cálculo do valor total empenhado, campos cujo valor médio da receita operacional líquida ajustada à base de cálculo, por barril, dos quatro trimestres anteriores ao trimestre da data de assinatura do contrato seja positivo. | Entendemos que esta condição não é necessária pois, caso a garantia seja executada, a ANP terá prioridade no recebimento da receita proveniente do óleo quer o campo tenha apresentado receita operacional líquida ou não. |
| Pré-edital | Alteração | 10.1.2.3 | O limite máximo de empenho aceito pela ANP para os contratos de penhor, considerando inclusive os contratos em vigor, será de 80% (oitenta por cento) da produção anual total de petróleo e gás natural da concessionária ou contratada no Brasil, aferida pela média dos últimos 12 (doze) meses dos valores constantes do Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural publicado pela ANP. | Sugerimos que o limite máximo de empenho aceito pela ANP para os contratos de penhor seja revisado para um valor maior do que os atuais 50% da produção anual total de petróleo e gás natural da concessionária ou contratada no Brasil. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 1.2.3 |  | A redação difere da constante na resolução ANP 25/2013, o que gera incertezas para os investidores. |
| Minuta do contrato | Alteração | 1.2.10 | Cessão: transferência, total ou parcial, da titularidade de direitos e obrigações decorrentes do Contrato; fusão, cisão e incorporação, quando a reorganização societária resultar em mudança do Contratado. | A mera modificação do Operador, sem a alteração das participações indivisas, não deveria ser considerada como Cessão. Desse modo, vislumbra-se a simplificação e desburocratização do processo (ex: necessidade de submissão ao CADE). |
| Minuta do contrato | Alteração | 1.2.43 | **Programa de Desativação das Instalações:** documento em que se especifica o conjunto de atividades visando ao abandono definitivo de poços, incluindo seu eventual arrasamento, e de retirada de operação, remoção e destinação final adequada das instalações e recuperação das áreas onde estas instalações se situam. | Sugerimos que seja adotada a redação utilizada nas minutas de contrato da 2ª e 3ª Rodadas de Partilha, uma vez que o entendimento é de que a recuperação deve ser da área onde as instalações se situam.  O programa de desativação de instalações se presta fundamentalmente ao planejamento do fim das atividades em campo, o que pressupõe as ações de remoção das instalações e recuperação das áreas onde as mesmas se localizavam.  Para as atividades em decorrência desse contrato, são necessárias as licenças ambientais, cabendo a este órgão a delimitação da área de abrangência. |
| Minuta do contrato | Alteração | 1.2.48 | **Relatório Final de Avaliação de Descoberta**: documento preparado e apresentado pelo Concessionário à ANP, no qual se descreve o conjunto das Operações empregadas para a Avaliação de Descoberta de Petróleo e/ou Gás Natural, os resultados desta Avaliação e, eventualmente, a área que o Concessionário pretende reter para Desenvolvimento. | Em prol da segurança dos investimentos, reiteramos que a declaração de comercialidade é um ato unilateral do concessionário e sua efetividade não deve ser condicionada à aprovação do relatório final de avaliação de descoberta.  Ademais, caso existam inconsistências no RFAD apresentado face ao regulamento, a ANP já dispõe de mecanismos regulatórios para corrigir eventuais deficiências. |
|  | Exclusão | 2.6. | 2.6. Os Contratados serão integralmente responsáveis pelo produto da Lavra até a sua disponibilização física individualizada, em duto ou navio aliviador, aos Contratados e à Gestora, independentemente da localização do Ponto de Medição e do Ponto de Partilha, afastando-se, assim, qualquer hipótese de responsabilização da Contratante, da Gestora e da ANP. | O modelo proposto no contrato insere toda a responsabilidade nos contratados e isenta as partes que recebem a maior parte do óleo produzido, União/Gestora.  De acordo com a lei 12.304/2010, a PPSA é isenta de responsabilidade até a produção, a qual cessa no ponto de medição, lugar onde os consorciados adquirem a propriedade originária do óleo. A partir daí, o petróleo produzido pertence a cada consorciado. Por isso, a redação proposta na cláusula 2.6 que inclui o ponto de partilha e operações subsequentes, deve ser excluído. |
| Minuta do contrato | Alteração | 2.7 | A Contratante, a Gestora e a ANP não arcarão com os custos e investimentos relacionados com a execução das Operações, ressalvada, em relação à Contratante, a hipótese prevista no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 12.351/2010. | Sugestão de alteração, para que o texto esteja em conformidade com a previsão contida no artigo 6º da lei 12.351/2010, que isenta a gestora de custos e investimentos necessários à execução do contrato. As demais exclusões (riscos, perdas operacionais e consequências desses) ultrapassam o limite da lei.  Por fim, a redação proposta pela ANP traria a obrigação de reembolso da gestora pelos contratados em hipóteses de perda de volumes ocasionados por circunstâncias extraordinárias, o que não consideramos adequado. |
| Minuta do contrato | Alteração | 3.2 | As Operações Conjuntas serão executadas na Área da Jazida Compartilhada, à exceção da instalação dos equipamentos de produção e escoamento. | Os equipamentos de produção e escoamento podem ficar fora do prisma da Jazida Compartilhada. Cite-se, por exemplo, o uso de FPSO já instalado para receber a produção de tal jazida. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 3.9 | Levantamentos de Dados em Bases Exclusivas  São dados em Bases Exclusivas aqueles dados adquiridos pelos Consorciados nos limites da Área do Contrato, bem como aqueles que se estendam para além dos limites da Área do Contrato nos termos da Legislação Aplicável. | Para melhor conhecimento da área e mediante justificativa técnica, o artigo 29, II, da Resolução ANP 11/2011, já contempla a possibilidade de o Contratado levantar dados que se estendam para além da Área do Contrato.  Deve ser dispensado a esses dados o mesmo tratamento conferido àqueles adquiridos dentro da área do Contrato, conforme a estratégia de cada Contratado. |
| Minuta do contrato | Alteração | 5.4 | Durante a Fase de Produção, o Contratado, a cada mês, apropriar-se-á da parcela de Produção correspondente ao Custo em Óleo, respeitado o limite de 80% (oitenta por cento) do Valor Bruto da Produção definido no Anexo XII. | Sugerimos inclusão do texto para adequar ao percentual já previsto no item 8.3 do Edital. Consideramos importante que esta previsão esteja incorporada no texto do contrato. |
| Minuta do contrato | Alteração | 5.6 | Sessenta meses antes do final do Contrato, o Comitê Operacional deverá verificar a expectativa de existência de saldo positivo de Custo em Óleo e, se for o caso, aprovar os ajustes necessários na sistemática da recuperação de custos para evitar a ocorrência de saldo positivo de Custo em Óleo no final do prazo contratual. | A sugestão de alteração já foi encaminhada na última rodada de partilha e a resposta da ANP foi de que a lei já contempla essa sistemática.  Se ao fim do contrato existir Custo em Óleo que não será recuperado, sugerimos um método que contemple a sistemática a que a ANP se refere, isto é, que permita a dedutibilidade de todo Custo em Óleo até o final do prazo contratual.  Assim, reiteramos que o Custo em Óleo deve representar, de forma mais fidedigna possível, os custos e investimentos realizados pelo Contratado para viabilizar a efetiva Produção, nos termos da Lei nº 12.351/2010.  Diante disso, a redação sugerida objetiva assegurar a recuperação do Custo em Óleo, nos termos da Lei nº 12.351/2010. Além disso, visa também a estimular investimentos adicionais no campo que estará em estágio avançado de produção. Sem os estímulos sugeridos tais investimentos poderão não ser recuperados, o que significará um desestímulo aos mesmos. |
| Minuta do Contrato | Exclusão | 7.1.1 | Em caso de alteração dos volumes estabelecidos no Decreto nº 2.705/1998, os Volumes de Produção Fiscalizada previstos na tabela acima poderão ser revistos pela ANP. | A redação não traz benefícios e gera aumento de custos administrativos e ineficiência tanto para a ANP como para os contratados, para controlar e regular diferentes regras a cada contrato. Atualmente, o setor de óleo e gás já conta com várias regras diferentes para P,D&I, em razão das diferenças entre contratos. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 7.1.3 | As Despesas Qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação serão recuperáveis como Custo em Óleo quando aplicadas em atividades para benefício específico do campo originado a partir da Área do Contrato, as quais devem estar conexas às suas atividades de Exploração e Avaliação, Desenvolvimento, Produção e desativação das instalações | A presente minuta de Contrato de Partilha da Produção estipula, no seu Anexo VII, no parágrafo 3.1 e seguintes, as atividades cujos gastos compõem o Custo em Óleo, quais sejam, as concernentes a realização de atividades de Exploração (incluindo avaliação de descobertas), Desenvolvimento, Produção e desativação das instalações relacionadas às Operações na Área do Contrato.  A presente minuta também define tanto na Cláusula 7ª quanto no Anexo VII que as despesas relacionadas às atividades de P,D&I não serão contabilizados como Custo em Óleo.  Considerando as definições dispostas no Anexo VII, no seu parágrafo 3.1, seria absolutamente justo e natural interpretar que, por exemplo, os gastos com o desenvolvimento de tecnologias que, potencialmente, impliquem maior eficiência operacional e/ou viabilizem as atividades de Exploração, Desenvolvimento, Produção e desativação das instalações relacionadas ao prospecto objeto do Contrato deveriam ser passíveis de contabilização como Custo em óleo pois, nestes casos, as atividades são focadas em viabilizar atividades e/ou gerar benefícios para o prospecto objeto do Contrato e estão diretamente associadas às atividades que o CPP define no seu Anexo VII, no parágrafo 3.1, como passíveis de recuperação do custo em óleo.  Por outro lado, destaque-se que parece claro e justo que os investimentos em P,D&I executados pelos Contratados em atividades cuja natureza esteja atrelada a um objetivo mais amplo, a promoção do setor de Petróleo e Gás Natural do Brasil e que não agregam valor, sequer potencialmente, à Exploração e Produção do Prospecto objeto do Contrato, não sejam reconhecidos como Custo em Óleo.  Desta forma, propõe-se aqui que a Cláusula 7.1.3 seja alterada de forma a permitir a recuperação do custo em óleo das atividades de P,D&I que agreguem ou tenham potencial de agregar valor ou viabilizem às atividades de Exploração (incluindo avaliação de descobertas), Desenvolvimento, Produção e desativação das instalações do Prospecto objeto do Contrato. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 7.1.4 | As Despesas Qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação que não se enquadrarem nas definições do parágrafo 7.1.3 não serão recuperáveis como Custo em Óleo. | Alinhamento com a solicitação de alteração da redação da Cláusula 7.1.3 de forma a deixar claro quais atividades não são recuperáveis no Custo em Óleo. |
| Minuta do Contrato | Inclusão | 7.3 | O saldo remanescente das despesas qualificadas como pesquisa, desenvolvimento e inovação, após a observância do parágrafo 7.2, poderá ser investido em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação realizadas em instalações do próprio Contratado ou de suas Afiliadas localizadas no Brasil, incluindo a qualificação dos recursos destinados despesas com pessoal próprio, residente no país, que atue em na gestão e execução projetos e programas de Pesquisa Desenvolvimento & Inovação próprios e/ou junto a empresas fornecedoras nacionais ou instituições credenciadas pela ANP; ou em Fornecedores Brasileiros ou em universidades ou institutos de pesquisa e desenvolvimento credenciados pela ANP. | O Manual Frascati define o início de um projeto de P,D&I na fase de elaboração e aprimoramento do desafio tecnológico, portanto, para realizar a obrigação de investimento, é necessário considerar todos os custos envolvidos e prever a qualificação dos custos totais de despesas com pessoal próprio que atuem tanto na gestão como na execução dos projetos de pesquisa e desenvolvimento. |
| Minuta do contrato | Alteração | 8.2 | Cabe ao Contratado demonstrar os valores de créditos tributários não aproveitáveis para que possam ser reconhecidos como Custo em Óleo. | Não cabe à PPSA fiscalizar o recolhimento de todos os tributos devidos. Na prática, tributos que são parte do bem ou serviço são inviáveis de serem demonstrados caso a caso. O Contratado deve ser obrigado a comprovar apenas o pagamento daqueles tributos que são aproveitáveis, mas que, diante de situações concretas de estorno, a alíquota zero ou exportação não são passíveis de aproveitamento. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 9.2.3 |  | Não identificamos causa razoável que possa autorizar a gestora a excluir do cálculo da média de produção determinados poços.  Entendemos que esses poços devem ser considerados, pois fazem parte do projeto de produção que será aprovado pela PPSA. |
| Minuta do contrato | Alteração | 11.18.1(b) | b) não prejudica o direito de a ANP aplicar eventuais sanções cabíveis por atos distintos da mera inexecução do Programa Exploratório Mínimo | O valor da garantia é calculado de forma a suficientemente compensar a União pelo não cumprimento do PEM, de forma que outras reparações em geral, associadas especificamente ao descumprimento do PEM, já terão sido devidamente realizadas. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 11.18.2 | No caso de inadimplemento de Contratado não-operador, relativo à renovação de garantias financeiras no valor correspondente à cota parte, a ANP deverá notificar os demais consorciados para que os mesmos se manifestem sobre eventual interesse na assunção da participação da parte inadimplente; | Se um dos contratados não renovar suas garantias, há o risco real de perda do contrato. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 11.18.3 | Caso o(s) Consorciado(s) não inadimplente(s) manifeste(m) interesse na aquisição da cota parte, deverá(ão) providenciar a substituição das garantias financeiras e entrega-las à ANP no prazo de sessenta dias após a notificação da ANP. | Vide justificativa da cláusula 11.18.2 |
| Minuta do contrato | Inclusão | 11.18.4 | Caso o(s) Consorciado(s) não inadimplente(s) opte(m) pela aquisição da cota parte do consorciado inadimplente, a ANP abrirá um processo de cessão de direitos, adotando o critério da proporcionalidade para cessão da cota parte inadimplente, quando houver mais de um Contratado remanescente. | Vide justificativa da cláusula 11.18.2 |
| Minuta do contrato | Inclusão | 11.18.5 | Caso o(s) Consorciado(s) não inadimplente(s) opte(m) pela não aquisição da cota parte do consorciado inadimplente, a ANP executará as garantias financeiras correspondentes em favor do cumprimento do PEM, de maneira que, após encerrado o período exploratório, caso haja direitos relativos ao contrato, os mesmos devem ser repassados ao consorciado inadimplente ou ao seu garantidor. | Vide justificativa da cláusula 11.18.2 |
| Minuta do contrato | Inclusão | 11.19 | Quando um membro do consórcio for excluído compulsoriamente pela ANP nos termos do contrato, a garantia apresentada também será executada, abatendo-se o valor da garantia do valor do PEM, ficando os direitos e obrigações decorrentes da participação do consorciado excluído diluído entre os demais participantes. | Trata-se de cláusula com a redação semelhante à da cláusula 14.20 do Contrato de Concessão da 4ª Rodada de Licitações de Áreas com Acumulações Marginais, a qual se aplica no que se refere à garantia do PEM, adaptada para que o valor da garantia executada possa vir a ser abatido do PEM. |
| Minuta do contrato | Alteração | 13.1 | Antes do término da Fase de Exploração, o Consórcio, por meio de notificação à ANP, poderá, a seu exclusivo critério, efetuar a Declaração de Comercialidade da Descoberta. | Para tornar as disposições do Contrato de Partilha compatíveis com as disposições relativas à Declaração de Comercialidade da Descoberta presentes no Anexo XI.  Esta possibilidade de início imediato do desenvolvimento e produção, na hipótese em que o contratado optar pela não avaliação da descoberta, ou também quando se atinge o convencimento técnico necessário antes da finalização das atividades de avaliação, pode representar consideráveis economias de recursos e de tempo. Nesse sentido, deve-se considerar que as despesas com a Avaliação de Descoberta serão recuperáveis em Custo em Óleo, e a realização de atividades que se demonstrem tecnicamente não requeridas não apenas resultará em dispêndio desnecessário, mas também tenderá a reduzir o Excedente em Óleo a ser partilhado com a União. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 13.1.2 |  | Vide justificativa anterior. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 13.1.3 |  | A declaração de comercialidade é um ato unilateral do Contratado e sua efetividade não deve ser condicionada à aprovação do relatório final de avaliação de descoberta. |
| Minuta do contrato | Alteração | 13.9 | Caso a ANP entenda superado o motivo que importou a postergação de que tratam os parágrafos 13.4 e 13.5, notificará o Consorciado para apresentar, a seu critério, Declaração de Comercialidade no prazo de até 30 (trinta) dias. | Solicitamos que o prazo de 30 dias para a declaração de comercialidade seja alterado para 90 dias, o qual seria mais adequado. |
| Minuta do contrato | Alteração | 14.6.2 | O início da execução do Programa de Desativação das Instalações não poderá ocorrer antes de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir de sua apresentação, exceto quando expressamente autorizado pela ANP. | Necessidade de definição de um prazo para a manifestação da ANP, já que o Contratado também tem o direito de limitar os riscos da atividade. |
| Minuta do contrato | Alteração | 15.1.1 | Caso a Declaração de Comercialidade seja postergada, nos termos dos parágrafos 13.4 e 13.5, o Plano de Desenvolvimento deverá ser apresentado no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da Declaração de Comercialidade. | A apresentação do Plano de Desenvolvimento nos casos previstos nos parágrafos 13.4 e 13.5 deve seguir a regra geral prevista na cláusula 15.1 e na regulamentação, com a apresentação do Plano de Desenvolvimento em até 180 dias após a Declaração de Comercialidade. |
| Minuta do contrato | Alteração | 15.7 | A Área de Desenvolvimento a ser retida será aquela constante do Relatório Final do Plano de Avaliação de Descoberta, quando aplicável, ou na hipótese em que o Contratado não realizar avaliação de descoberta, àquela prevista na declaração de comercialidade. | A sugestão visa a adequar a cláusula contratual às hipóteses em que o contratado venha a optar pela avaliação de uma descoberta, antes de declarar sua comercialidade. Neste caso, será necessário apresentar o respectivo Relatório Final de Avaliação de Descoberta, no qual deverá constar a Área de Desenvolvimento a ser retida. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 15.10 |  | Nas primeiras rodadas, a rescisão do contrato pelo não cumprimento das determinações da ANP quanto ao Plano de Desenvolvimento não tinha previsão contratual.  O modelo da cláusula que se sugere excluir pode limitar a produção de Petróleo no país, com vários prejuízos aos entes beneficiários. |
| Minuta do contrato | Alteração | 15.11 | Até que o Plano de Desenvolvimento seja aprovado, os Consorciados não poderão realizar qualquer trabalho ou conduzir quaisquer Operações no Campo, exceto mediante prévia aprovação da ANP. | De acordo com o inciso XIV do artigo 6º da Lei 9.478/97, Campo de Petróleo ou de Gás Natural já significa “área produtora de Petróleo ou Gás Natural...” razão pela qual sugerimos o ajuste da expressão. |
| Minuta do contrato | Alteração | 15.13.1 | Caso o Contratado tenha interesse de incorporar Novo Reservatório ao Campo, deverá submeter um Plano de Avaliação de Descoberta à aprovação da ANP, exceto quando os dados e informações já disponíveis permitirem à ANP autorizar a sua imediata incorporação. | A proposta de incorporação de um novo reservatório a um Campo constitui uma prerrogativa do Contratado.  Caso o Contratado tenha subsídios técnicos que embasem a incorporação de novo reservatório ao Campo, não haverá qualquer prejuízo ao interesse público ou ao Regulador, que sempre poderá propor revisões ou alterações, em momento posterior, ou mesmo poderá solicitar informações adicionais que comprovem (ou não) a visão técnica do Contratado. |
| Minuta do contrato | Alteração | 15.14 | A Descoberta Comercial somente será incorporada ao sistema de Produção do Campo após a submissão do Relatório Final de Avaliação de Descoberta e a aprovação pela ANP, da revisão do Plano de Desenvolvimento do Campo, exceto quando expressamente autorizado pela ANP. | A sugestão visa a adequar a cláusula contratual às atuais obrigações e disposições constantes da regulamentação e que são prática no setor. Nesses termos, a aprovação da ANP deve dar-se unicamente com relação à Área de Desenvolvimento a ser retida, e não com relação ao Relatório Final do Plano de Avaliação de Descoberta, submetido à ANP e não sujeito à aprovação formal, conforme regulação vigente. |
| Minuta do contrato | Alteração | 16.1 | 16.1. A Data de Início da Produção do Campo deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis a critério da Contratante, ouvida a ANP, contados da data de aprovação do Plano de Desenvolvimento. | O processo de aprovação do PD permite que a ANP faça perguntas ao Contratado, fazendo com que o prazo de 180 dias para a sua aprovação seja reiniciado a partir da resposta do Contratado.  Esse procedimento pode se estender por um longo período e, por isso, entendemos adequado estabelecer o prazo a partir da aprovação do PD. |
| Minuta do contrato | Alteração | 17.9 | Os dados, informações, resultados obtidos dos testes de formação, Testes de Longa Duração ou Sistemas de Produção Antecipada durante a execução das Operações deste Contrato deverão ser enviado à ANP e à Gestora imediatamente após a sua obtenção, conclusão ou conforme prazo definido na Legislação. | O termo “Informação” não se confunde com “interpretação”.  A produção da interpretação demanda conhecimento, classificação, análise e reflexão, o que requer esforço e investimentos pecuniários pelo Contratado.  Compreende-se por conhecimento os dados e as informações interpretadas, isto é, aquelas submetidas a estudos conduzidos em conformidade com os métodos recomendados pelo estado da arte da ciência e da tecnologia, conferindo-se à mesma a qualidade de propriedade intelectual, gozando, por conseguinte, de proteção legal conferida pela Constituição, pelo acordo TRIPS e pela Lei de Direito Autoral (Lei 9.610/98). Portanto, as cláusulas contratuais que solicitam a entrega dos dados e informações interpretadas violam o direito de propriedade do Contratado.  Dessa forma, entendemos que somente os elementos em estado bruto e aqueles submetidos a tratamento preliminar obtidos como resultado das operações de exploração e produção, realizadas sob a égide de um contrato, devem ser entregues pelas Contratadas à ANP, a fim de compor os “recursos petrolíferos nacionais” referidos no art. 22, caput, da Lei do Petróleo, o que não abrange os dados e informações interpretadas.  Ainda, sustentamos que a propriedade privada é um dos princípios da Ordem Econômica (art. 170, II CRFB/88), situado no mesmo capítulo da Constituição que trata do órgão regulador para o setor petrolífero (art. 177 § 1.º), de modo que a Constituição, neste aspecto deve ser interpretada considerando a valoração axiológica existente entre o citado princípio positivado e a regra de seu art. 177, § 1.º. |
| Minuta do contrato | Alteração | 17.13.1 | Somente será permitida a queima de Gás Natural em *flares* por motivos de segurança, emergência e comissionamento, sendo o volume máximo o especificado na Legislação Aplicável ou por autorizações concedidas pela ANP. | A portaria ANP 249/2000 define limites fixos para a queima de gás, assim como permite que a diretoria da ANP possa definir volumes próprios por contrato.  A redação da cláusula parece se limitar aos volumes que estão fixados no ato normativo, desconsiderando as autorizações especiais expedidas pela diretoria da ANP.  A sugestão de alteração é para que o contrato também albergue as decisões da diretoria da ANP.  Embora essa proposta de redação tenha sido encaminhada na última rodada, nota-se que a justificativa da ANP corrobora a sugestão que aqui se apresenta. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 18.3 | A apropriação originária dos volumes de hidrocarbonetos produzidos pelas Partes subsiste nos casos de equalização resultante de Acordo de Individualização da Produção. | A ideia é reforçar o conceito de aquisição originária nos casos de equalização e refleti-lo em diversos pontos da minuta. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 18.4 | Nos casos em que a Jazida Compartilhada se estenda por área não contratada, o Contratado não será obrigado a realizar desembolso para arcar com a participação da União no rateio dos investimentos concernentes à etapa de Desenvolvimento e dos custos de produção. | A obrigatoriedade do carrego da participação da União pelo Contratado carece de respaldo legal, podendo, inclusive, inviabilizar o projeto em questão. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 18.5 | O curso do prazo contratual poderá ser suspenso no caso de procedimento de Individualização da Produção de Petróleo e Gás Natural, desde a instauração do procedimento até a formalização do Acordo de Individualização da Produção, nos termos da Legislação Aplicável. | A sugestão de inclusão de hipótese de suspensão do curso do prazo contratual está em linha com a Resolução ANP nº 25/2013 (com alterações feitas pela Resolução ANP 698/2017). De acordo com a Resolução, o Desenvolvimento e a Produção da Jazida Compartilhada ficarão suspensos enquanto não aprovado o Acordo de Individualização da Produção. Dada a exigência, deve-se prever contratualmente que, enquanto não formalizado o Acordo, fica suspenso o prazo contratual. Do contrário, sua contabilização significaria um prejuízo injustificável aos Contratados. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 18.6 | Caso as partes do Acordo de Individualização da Produção optem por realizar o pagamento decorrente da equalização em volumes de hidrocarbonetos da Jazida Compartilhada, então a aquisição de tais volumes pela parte que faz jus ao recebimento do pagamento será considerada aquisição originária. | Inclusão com intuito de esclarecer que caso as partes optem por quitar o resultado de uma equalização com o pagamento em volumes de hidrocarbonetos, então a parte que receber tais volumes os adquirirá como aquisição originária. |
| Minuta do contrato | Alteração | 19.1.b | submeter todos os planos, programas, propostas e comunicações à ANP; e | De modo a evitar interpretações dúbias, sugere-se suprimir o vocábulo “garantias”, uma vez que os Contratados podem, separadamente, apresentar suas garantias, desde que tais totalizem o montante necessário a garantir a totalidade do compromisso assumido. |
| Minuta do contrato | Alteração | 19.20 | Operações fora dos limites da Área do Contrato serão consideradas para efeito de cumprimento do Programa Exploratório Mínimo, e poderão ser reconhecidas como Custo em Óleo. | Além da possibilidade de recuperação do Custo em Óleo, como a execução de tais operações em localidade externa à Área do Contrato será realizada apenas mediante justificativa técnica, feita pelo Contratado e aprovada pela ANP, é razoável que a aquisição de dados e/ou a execução de outras Operações sejam consideradas para efeito de abatimento do Programa Exploratório Mínimo. Tal possibilidade estaria alinhada aos objetivos e princípios emanados da Lei 9.478/97 e demais normas aplicáveis. |
| Minuta do contrato | Alteração | 19.14 | Os dados adquiridos fora dos limites da Área do Contrato serão classificados como públicos imediatamente após sua aquisição, exceto se de outra forma autorizados pela ANP ou nos termos da Legislação Aplicável. | Sugestão em linha com o comentário incluído na cláusula 3.9 e em consonância com a revisão da resolução nº 11/2011, a qual prevê a aquisição de dados exclusivos fora da área dos contratos, bem como a sua confidencialidade (artigos 3º, § 2º, II e 21 da minuta de resolução). |
| Minuta do contrato | Alteração | 20.3 | Respeitados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem com as normas de Saúde, Meio Ambiente e Segurança, a Contratante e a ANP terão livre acesso à Área do Contrato e às Operações em curso, aos equipamentos e instalações, bem como a todos os registros, e dados técnicos disponíveis, para fins do acompanhamento e fiscalização. A ANP dará ciência previamente ao Contratado da realização de tais inspeções e zelará para que tais inspeções não prejudiquem a execução normal das operações. | Com relação à sugestão de exclusão dos “estudos”, fazemos referência à justificativa da Cláusula 12.7. No tocante à proposta de que a ANP dê ciência prévia, quando da realização de inspeção, não se busca impedir o acesso desta Agência as suas instalações, mas apenas possibilitar ao Contratado organizar toda a logística necessária para a realização de inspeção, pela ANP, de acordo com as normas de segurança aplicáveis ao setor de exploração e produção de petróleo/gás natural. Busca-se, sob este mesmo conceito, que o livre acesso da ANP se dê mediante proporcionalidade, razoabilidade e em reconhecimento de que o Contratado deve zelar pela segurança das operações e salvaguarda da vida humana, o que inclui gerenciar estrategicamente a logística da instalação offshore e, se for o caso, até mesmo limitar temporariamente o fluxo de pessoas e equipamentos, visando a garantir o alcance dos fins mencionados anteriormente. |
| Minuta do contrato | Alteração | 22.1.1 | Os Consorciados enviarão à ANP, na forma por esta determinada, cópias de mapas, seções, perfis, outros dados e informações geológicas, geoquímicas e geofísicas, inclusive dados de poços, obtidos de testes, além de relatórios ou quaisquer outros documentos definidos em regulamentação específica e obtidos como resultado das Operações. | Os modelos de reservatórios não são informações essenciais para o exercício do poder fiscalizatório da Agência e consistem em informações proprietárias, preservando assim a confidencialidade da propriedade intelectual de tais modelos e, consequentemente, as vantagens competitivas dos operadores.  Sugerimos a exclusão da Gestora do escopo da cláusula e a limitação do envio de informações à ANP para excluir o encaminhamento de interpretações.  Quanto à exclusão da Gestora da cláusula, nota-se que os direitos aqui definidos, já estão contemplados nas cláusulas 2.3 e 2.6 do anexo 11.  A respeito do envio das informações, reiteramos nossos comentários à cláusula 17.9. |
| Minuta do contrato | Alteração | 22.1.2 | Nos termos do art. 22 da Lei nº 9.478/1997, o acervo técnico constituído pelos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras é parte integrante dos recursos petrolíferos nacionais, devendo tais dados e informações, inclusive os referentes à geologia, geofísica e geoquímica da Área do Contrato, ser entregues pelos Consorciados à ANP | O artigo 22 da Lei 9478/97 se limita aos dados e informações que por óbvio não incluem as interpretações de cada Contratada.  Nesse sentido, a modelagem geológica é resultado da interpretação de cada Contratada e por isso, fora do escopo do art. 22.  Ademais, a modelagem geológica implica em informação sensível de cada empresa. Sugerimos sua exclusão. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 23.5.1 | Para as hipóteses em que o Contratado comprovar o atendimento a critérios financeiros mínimos a serem estabelecidos pela ANP com base nos parâmetros do Edital de Licitação correspondente, a ANP poderá isentar os Consorciados da apresentação de garantia para os fins desta Cláusula. | Entendemos ser necessário prever a possibilidade de isenção do Contratado da apresentação de qualquer tipo de garantia de abandono em casos de comprovada robustez financeira, conforme as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo. |
| Minuta do contrato | Alteração | 23.7 | A garantia apresentada pelo Contratado deverá ser equivalente ao custo previsto para a desativação e abandono da infraestrutura já implantada. No caso de reversão de bens ou abandono temporário ou parcial por determinação da ANP, o valor da garantia deverá ser proporcionalmente reduzido. | O valor da garantia de abandono deve refletir a obrigação de abandonar em si e, portanto, nas hipóteses incluídas, deverá refletir as obrigações ainda remanescentes e não o valor total originalmente garantido. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 23.10.2 |  | O modelo proposto pela ANP cria riscos e eleva os custos dos Contratados. Isso porque, caso os contratos tenham cláusula de prorrogação quando a área vier a ser assumida por outra parte, a fretadora ou locatária fará uma avaliação de riscos que, dada as incertezas desse processo, somente farão com que o preço se torne mais elevado, impactando negativamente o Custo em Óleo.  A situação comporta grandes incertezas para a fretadora ou locatária quando o contrato de partilha, por hipótese, venha a ser assumido pelo fundo Estatal a que se refere a lei 12.351/2010. Esse modelo traz diversas incertezas para a fretadora com riscos de o fundo arguir que se trata de contrato administrativo, podendo alegar cláusulas exorbitantes. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 23.13 | Os bens cujos custos de aquisição não tenham sido deduzidos de acordo com as normas aplicáveis deverão ser indenizados pela Contratante. | A Constituição Federal estabelece que qualquer desapropriação - como neste caso - deve ser sujeita a justa e prévia indenização em dinheiro. Em razão disto, incluímos esta previsão para tornar mais claro que o Contratado não será penalizado ou sofrerá desapropriação injusta por meio deste mecanismo. |
| Minuta do contrato | Alteração | Cláusula Vigésima-quinta | 25.1. O Contratado deverá cumprir os seguintes percentuais mínimos obrigatórios de Conteúdo Local:  a) na Fase de Exploração: Conteúdo Local global de 18% (dezoito por cento).  b) na Etapa de Desenvolvimento ou para cada Módulo de Desenvolvimento, no caso de Desenvolvimento modular, para os seguintes Macrogrupos:  b.1) Construção de Poço: 25% (vinte e cinco por cento);  b.2) Sistema de Coleta e Escoamento da Produção: 40% (quarenta por cento);  b.3) Unidade Estacionária de Produção (exceto para o Bloco Sudoeste de Tartaruga Verde): 25% (vinte e cinco por cento).  b.4) Para os Percentuais de Conteúdo Local do Bloco Sudoeste de Tartaruga Verde, a obrigação da Unidade Estacionária de Produção é estabelecida por: 40% (quarenta por cento) para Engenharia, 40% (quarenta por cento) para Máquinas e Equipamentos, 40% (quarenta por cento) para Construção,Integração e Montagem.    25.2. O Contratado deverá assegurar preferência à contratação de Fornecedores Brasileiros sempre que suas ofertas apresentem condições de preço, prazo e qualidade mais favoráveis ou equivalentes às de fornecedores não brasileiros.  25.3. Os procedimentos de contratação de bens e serviços direcionados ao atendimento do objeto deste Contrato deverão:  a) incluir Fornecedores Brasileiros entre os fornecedores convidados a apresentar propostas;  b) disponibilizar, em língua portuguesa ou inglesa, as mesmas especificações a todas as empresas convidadas a apresentar propostas. Caso solicitado por alguma empresa brasileira convidada, o Contratado deverá providenciar a tradução da documentação para a língua portuguesa;  c) aceitar especificações equivalentes de Fornecedores Brasileiros, desde que sejam atendidas as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo.  25.3.1. A contratação de bens e serviços fornecidos por Afiliadas está igualmente sujeita às especificações do parágrafo 25.3, exceto nos casos de serviços que, de acordo com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, sejam habitualmente realizados por Afiliadas.  25.4. O Contratado deverá apresentar à ANP, para acompanhamento, Relatórios de Conteúdo Local em Exploração e Desenvolvimento, nos termos da Legislação Aplicável.  Aferição do Conteúdo Local  25.5. O Conteúdo Local dos bens e serviços deverá ser comprovado à ANP por meio da apresentação dos respectivos certificados de Conteúdo Local ou de documento que venha a substituí-lo, nos termos da Legislação Aplicável.  25.5.1. Para fins de aferição, o Conteúdo Local dos bens e serviços deverá ser expresso percentualmente em relação ao valor do bem ou serviço contratado.  25.6. Para a determinação do Conteúdo Local, os valores monetários correspondentes às contratações de bens e serviços serão atualizados para o mês e ano em que se efetivar a verificação do cumprimento do disposto nesta Cláusula, utilizando-se o IGP-DI ou outro índice que venha a substituí-lo.  25.7. Os marcos para aferição de Conteúdo Local pela ANP serão:  a) o encerramento da Fase de Exploração;  b) o encerramento de cada Módulo de Desenvolvimento; e  c) o encerramento da Etapa de Desenvolvimento em Campo que não contemple Desenvolvimento modular.  25.8. Para fins de aferição do Conteúdo Local, a Etapa de Desenvolvimento terá início na data da apresentação da Declaração de Comercialidade e se encerrará, para cada Módulo de Desenvolvimento, com a primeira entre as seguintes ocorrências:  a) decurso de 10 (dez) anos após a Extração do Primeiro Óleo;  b) desistência, pelo Contratado, do Desenvolvimento do Módulo de Desenvolvimento; ou  c) realização dos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento, exceto os relativos ao abandono do campo.  25.9. No caso de contratações previstas no parágrafo 25.1, alínea “b.3”, não devem ser contabilizados, para fins de apuração do Conteúdo Local, os dispêndios relativos à taxa de operação da unidade.  Excedente de Conteúdo Local  25.10. Caso o Contratado supere o Conteúdo Local exigido, na Fase de Exploração ou em um Módulo de Desenvolvimento, o valor excedente, em moeda corrente nacional, poderá ser transferido para os Módulos de Desenvolvimento a serem implantados subsequentemente.  25.10.1. O Operador deverá indicar o Macrogrupo para o qual o excedente da Fase de Exploração será direcionado.  25.10.2. Eventuais excedentes verificados nos Módulos de Desenvolvimento poderão ser transferidos apenas entre os mesmos Macrogrupos.  25.11. A solicitação de transferência de excedente deverá ser apresentada à ANP no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao recebimento, pelo Operador, do Relatório de Fiscalização de Conteúdo Local da Etapa de Desenvolvimento da Produção, ou de módulos subsequentes no caso de Desenvolvimento modular.  25.11.1. O valor monetário excedente será atualizado pelo IGP-DI ou outro que venha a substituí-lo.  Multa pelo Descumprimento do Conteúdo Local  25.12. O descumprimento do Conteúdo Local sujeitará o Contratado à aplicação de multa, que será calculada sobre o valor monetário descumprido, aplicando-se o seguinte percentual, conforme o caso:  a) caso o percentual de Conteúdo Local não realizado seja inferior a 65% (sessenta e cinco por cento) do Conteúdo Local mínimo, a multa será de 40% (quarenta por cento) sobre o valor do Conteúdo Local não realizado;  b) caso o percentual de Conteúdo Local não realizado seja igual ou superior a 65% (sessenta e cinco por cento), a multa será crescente a partir de 40% (quarenta por cento), atingindo 75% (setenta e cinco por cento) do valor de Conteúdo Local mínimo, no caso de 100% (cem por cento) de Conteúdo Local não realizado, de modo a obedecer à fórmula:  M (%) = NR (%) - 25%  Onde,  M (%): percentual de multa a ser calculado sobre o valor monetário descumprido; e  NR (%): percentual de Conteúdo Local não realizado.  25.13. Caso haja o descumprimento simultâneo de mais de um compromisso para os Macrogrupos da alínea “b” do parágrafo 25.1, o valor da multa corresponderá ao somatório das multas para cada Macrogrupo. | A tabela de Conteúdo Local apresentada na Consulta Pública retrata uma situação anterior, onde o Bloco continha, a princípio e principalmente, apenas a parcela da Jazida Compartilhada com o Contrato de Concessão BM-C-36. Assim, o Conteúdo Local seguiria o da área adjacente.  No entanto, na presente 5ª Rodada, o Bloco apresenta área bem maior, que pode conter outras oportunidades exploratórias não conectadas com a Jazida Compartilhada supracitada. Portanto, não faz sentido que o compromisso de Conteúdo Local seja equivalente ao do BM-C-36 para todo o Bloco ofertado.  Assim, considera-se adequado que a exigência para este Bloco seja compatível com a da rodada mais recente, ou seja, a exigência da 4ª Rodada de Partilha de Produção.  Especificamente com relação à UEP para Sudoeste de Tartaruga Verde, sugerimos a aplicação do percentual estabelecido pela Resolução ANP nº 726/2018, uma vez que muito provavelmente essa possibilidade de adesão será exercida pelo Operador do BM-C-36. |
| Minuta do contrato | Alteração | 29.2.3 | A ANP terá amplo acesso aos documentos, livros, papéis, registros e outras peças, referidos no parágrafo 29.1, inclusive aos contratos e acordos firmados pelos Contratados e relacionados com a aquisição de bens e serviços para as Operações, relativos aos últimos 5 (cinco) anos-calendário encerrados. | Embora seja uma leitura possível (ainda que controversa) a de que a ANP teria a capacidade e a atribuição de acessar documentos, livros, papéis, registros e outras peças relativos aos últimos 10 (dez) anos, a regra fiscal e administrativa, conforme estabelecida pelo CTN, Lei 9.873/99, Lei 9.847/99, Decreto 2.953/99 e demais normativos aplicáveis, é a de que o prazo de 5 (cinco) anos deveria ser aplicável para fins de prescrição. Isto pressupõe, após esse prazo, o término do alcance de reguladores em relação aos documentos dos seus entes regulados. Assim, visando a buscar consistência entre a regulação emanada da ANP e as demais leis e normas aplicáveis, sugerimos que o acesso e alcance da Agência limitem-se aos últimos 5 (cinco) anos-calendário encerrados. |
| Minuta do contrato | Alteração | 30.7 | A Cessão no todo ou em parte da Área do Contrato será sempre de uma participação indivisa nos direitos e obrigações do Contratado. | Uma vez que a lei aplicável já prevê as hipóteses de sobrevivência de obrigações por parte do cedente, as quais representam exceções (e não a regra), propõe-se excluir o fragmento em questão, de modo a evitar dúvidas e entendimentos equivocados quanto às obrigações assumidas pelo cessionário, em substituição ao cedente no contrato. |
| Minuta do contrato | Alteração | 30.8.2 | A ANP poderá definir um Programa Exploratório Mínimo para cada uma das áreas resultantes da divisão. A soma dos Programas Exploratórios Mínimos resultantes deverá ser igual ou superior ao Programa Exploratório Mínimo original. | Sugerimos a adequação desta cláusula considerando que não existe previsão legal para a determinação de um programa exploratório mínimo adicional para as áreas. Tal medida seria desproporcional e onerosa para as partes, uma vez que seria alterado um critério ofertado por ocasião da licitação da área – a mera divisão dos blocos não deveria ensejar a adição de mais compromissos exploratórios. |
| Minuta do contrato | Alteração | 30.10 | Qualquer Cessão que não cumpra o disposto nesta Cláusula ou na Legislação Aplicável será anulável e sujeita às penalidades previstas neste Contrato e na Legislação Aplicável. | Eventuais vícios no processo de cessão podem ser sanados, havendo, portanto, a possibilidade de convalidação do ato jurídico. |
| Minuta do contrato | Alteração | 30.12, alínea “a” | os Contratados estejam adimplentes com as obrigações do Contrato, salvo se tais obrigações estiverem sendo contestadas nas vias administrativa, judicial e/ou arbitral | Não condicionar o pedido de cessão nos casos em que o Contratado esteja exercendo seu direito de contestar em qualquer esfera. |
| Minuta do contrato | Alteração | 30.14 | O termo aditivo ao Contrato de Partilha de Produção adquirirá vigência e eficácia a partir da data de sua assinatura, podendo o cedente e o cessionário definirem outra data, desde que após a data de aprovação pela ANP através de Resolução de Diretoria Colegiada. | A sugestão de alteração proposta visa a dar às partes a oportunidade de definir a data de eficácia, desde que após a respectiva Resolução de Diretoria da ANP. |
| Minuta do contrato | Alteração | 30.15 | No prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após a efetivação da Cessão de direitos e obrigações, o Contratado deverá entregar à ANP cópias do Contrato de Consórcio ou de sua alteração do Contrato de Consórcio devidamente assinados, bem como o protocolo de entrada da certidão de arquivamento destes últimos no registro de comércio competente. | Tendo em vista que o prazo para publicação da certidão de arquivamento das cópias do Contrato de Consórcio ou acordo de alteração do Contrato de Consórcio no registro de comércio competente não é evento controlável pelo Contratado, não sendo possível a garantia de sua ocorrência no prazo de 45 dias exigidos pela cláusula, sugere-se que a obrigação se resuma à apresentação do protocolo de entrada da certidão de arquivamento. |
| Minuta do contrato | Alteração | 30.19 | Os novos Contratos de Partilha de Produção firmados pelas Partes adquirirão vigência e eficácia a partir da aprovação da Diretoria Colegiada da ANP, por meio de Resolução de Diretoria, nos termos da Legislação Aplicável. | Vide comentário na cláusula 30.14. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 32.1, alínea “f” |  | Necessidade de exclusão do item, pois o formato confere à ANP o direito de rescindir por um ato de vontade sua, ou seja, a simples reprovação do PD.  Além disso, o a legislação referente às penalidades na esfera administrativa prevê gradação na aplicação da pena, iniciando com advertência, multa e suspensão. Deste modo, entendemos que a extinção de pleno direito do contrato na hipótese em questão não seria razoável. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 32.1, alíneas “g” e “h” |  | Os eventos descritos nas Alíneas (f) a (g) são sujeitos a discussão e requerem provas. Desse modo, o contrato não poderia ser extinto de pleno direito nesses eventos. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 32.3.2 | Aos Consorciados que decidirem pela resilição deste Contrato em relação a todos os Campos ou qualquer destes, nos termos desta cláusula, serão garantidos os direitos decorrentes deste contrato, observado o seguinte:  (i) O Consorciado que decidir pela resilição terá́ o direito de receber as parcelas em Petróleo e Gás Natural a que fizer jus até a data de efetivação de sua retirada do Contrato;  (ii) O Consorciado que decidir pela resilição terá́ o direito de receber todas as informações as quais tem direito até a data de efetivação da resilição;  (iii) Nenhuma Parte será considerada como tendo renunciado, liberado ou modificado qualquer um de seus direitos, a menos que tal Parte tenha expressamente declarado, por escrito, que renuncia, libera ou modifica tal direito;  (iv) Desde que cumprido o procedimento previsto na cláusula 32.3.1, não serão aplicadas quaisquer penalidades aos Consorciados em decorrência do não cumprimento das obrigações previstas no Plano de Desenvolvimento. | A inclusão pretende garantir os direitos do consorciado que decidir pela resilição, após o cumprimento dos procedimentos obrigatórios.  A previsão aproxima o Contrato de Partilha de Produção das Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e Gás Natural. |
| Minuta do contrato | Alteração | 33.1 | A exoneração das obrigações assumidas neste Contrato somente ocorrerá nas hipóteses de caso fortuito, força maior e causas similares que justifiquem a inexecução, como o fato da administração, o fato do príncipe, e as interferências imprevistas e a onerosidade excessiva ao cumprimento das obrigações, sendo em tais casos resguardada a hipótese de revisão das condições do Contrato, na forma da cláusula 33.4.1. | O instituto da onerosidade excessiva, de acordo com a Teoria Geral dos Contratos, remete à ocorrência de um acontecimento imprevisível e inevitável, que cause um desequilíbrio capaz de tornar a execução do contrato demasiadamente gravosa para uma das partes, não se afigurando justo ou equânime que a parte prejudicada seja obrigada a cumprir o encargo sozinha. É nesse sentido que o Código Civil de 2002 prevê, em seus artigos 478 e seguintes, a possibilidade de revisão contratual e eventual rescisão nos casos em que se verifique onerosidade excessiva.  Na hipótese ora formulada, foi priorizada a possibilidade de revisão, nos termos da cláusula 33.4 da minuta, tendo em vista se tratar de um contrato de longa duração. Isto é, não apenas as alterações de conjuntura política, econômica, técnica – entre outras – podem facilmente afetar a execução do contrato, de forma a torná-la anormalmente onerosa e desequilibrada; como também a rescisão contratual pode não refletir o melhor interesse das partes. É necessário, portanto, prever a possibilidade de revisão de forma expressa, com vistas a se atribuir ao contrato uma válvula de escape. Assim, quando acionada, permitirá a evolução e a modificação das avenças previamente pactuadas em vista das novas circunstâncias – sem afastar, no todo, a obrigatoriedade da palavra empenhada. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 33.1.2 |  | A incidência dos eventos de força maior e caso fortuito já têm previsão legal no Código Civil, e independe do seu reconhecimento pela ANP. Caso as partes não consigam chegar a um acordo com relação ao evento, então deverá ser remetido ao mecanismo de solução de disputas do contrato. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 33.3.3 | O prazo contratual poderá ser suspenso, no caso de procedimento de Individualização da Produção de Petróleo e Gás Natural, desde a instauração do procedimento até a formalização do Acordo de Individualização da Produção, nos termos da Legislação Aplicável e observado o disposto na Cláusula Décima Oitava. | A sugestão de inclusão de hipótese de suspensão do prazo contratual, que se faz de acordo com a regulação específica para realização de Acordos de Individualização da Produção, conforme previsto pela Resolução ANP nº 25/2013 (atualizada pela Resolução ANP 698/2017). De acordo com a resolução, o Desenvolvimento e a Produção da Jazida Compartilhada ficarão suspensos enquanto não aprovado o Acordo de Individualização da Produção. Dada a exigência, deve-se prever contratualmente que, enquanto não formalizado o Acordo, fica suspenso o prazo contratual. Do contrário, sua contabilização significaria um prejuízo injustificável aos Contratados. |
| Minuta do contrato | Alteração | 33.7 | Para que o indeferimento do licenciamento ambiental possa ser enquadrado como caso fortuito, força maior e causas similares, ensejando eventual indenização aos Consorciados, caberá a eles comprovar que não contribuíram para o indeferimento do processo de licenciamento ambiental. | O Estado não poderá se eximir da indenização aos Consorciados em razão da decisão de outro órgão público ou mesmo por ato da própria Agência, onde a impossibilidade de realizar atividade na área independe de vontade ou ação do Contratado. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 34.2, alínea h | Direcionados a terceiros que trabalharão diretamente com os dados e com os quais o consorciado mantenha vínculo contratual, inclusive para fins de realização de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I), desde que não caracterize compra, venda ou cessão de dados. | Sugerimos a inclusão deste item para refletir a pratica atual. Para cumprimento de obrigações de pesquisa, desenvolvimento e inovação prevista nos Contratos de Concessão e Partilha, é comum a celebração de contratos com universidades e outras empresas para desenvolvimento de projetos. Como parte destes projetos é essencial o envio de dados, não seria razoável exigir a prévia aprovação da ANP, na medida em que traz burocracia desnecessária. |
| Minuta do contrato | Alteração | 34.2.1. | A divulgação de dados e informações de que tratam as alíneas “d” a “h”, estará condicionada a prévio acordo de confidencialidade, que deverá: | Ajuste para refletir a sugestão acima. |
| Minuta do contrato | Alteração | 36.5 | Após o procedimento previsto no parágrafo 36.2, caso uma das Partes ou um dos signatários considere que inexistem condições para uma solução amigável de disputa ou controvérsia a que se refere tal parágrafo, poderá submeter tal questão a arbitragem a ser administrada pela e sob o Regulamento de Arbitragem da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional – CCI em vigor nesta data e em consonância com os seguintes preceitos: | A definição da instituição arbitral que administrará a disputa é recomendável para evitar insegurança ou indefinição, o que pode, inclusive, dificultar o início da arbitragem e gerar litígio sobre o assunto. Neste sentido, recomenda-se a definição de uma instituição ilibada e competente como, por exemplo, a CCI ou a LCIA. Como já demonstrado pelo IBP nas Rodadas passadas, não identificamos qualquer impedimento à definição no contrato de uma instituição de arbitragem. |
| Minuta do contrato | Alteração | 36.5, alínea “b” | A Parte que desejar iniciar a arbitragem deverá notificar a outra parte após o procedimento previsto no parágrafo 34.2 fixando o prazo de 15 dias corridos para a escolha da instituição arbitral por comum acordo. | Esta sugestão se aplica para hipótese de a ANP acatar a sugestão de definição de uma instituição de arbitragem, conforme sugestão acima. |
| Minuta do contrato | Alteração | 36.5, alínea “c” | Apenas serão adotados procedimentos expeditos ou de árbitro único em caso de acordo expresso entre as partes. | Como a proposta do IBP é que seja definida no Contrato a instituição de arbitragem, a parte inicial desta cláusula torna-se inaplicável. |
| Minuta do contrato | Alteração | 36.5, alínea “g” | No mérito, os árbitros decidirão com base nas leis substantivas brasileiras, levando em consideração as melhores práticas e os usos e costumes internacionais da indústria de petróleo. | A Lei do Petróleo - Lei 9.478/1997 – prevê a cláusula de arbitragem internacional como elemento essencial dos contratos de concessão. Como o critério de internacionalidade da arbitragem adotado pela Lei Brasileira de Arbitragem - Lei 9.307/1996 - é o da sede da arbitragem (são domésticas as arbitragens com sede no Brasil), é imperativo a utilização das melhores práticas e usos e costumes internacionais da indústria para conferir algum grau de internacionalidade ao procedimento, elemento fundamental aos investidores estrangeiros. |
| Minuta do contrato | Alteração | 36.5, alínea “n” | O procedimento arbitral deverá observar o princípio da publicidade na medida determinada pela legislação aplicável. A confidencialidade dos dados objeto deste contrato e da arbitragem deve ser mantida na máxima extensão permitida pela legislação aplicável. A divulgação das informações não-confidenciais ficará a cargo da Parte que tiver o dever de divulgá-las. | Essa disposição pode ser inexequível por impor à instituição administradora da arbitragem um ônus que provavelmente ela não poderá assumir, colocando em risco todas a eficácia da cláusula. Cada parte tem o dever de estar ciente de suas obrigações legais de publicidade e, portanto, deve ser responsável por cumpri-las. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 36.6.1 |  | O IBP sugere a exclusão da cláusula uma vez que o conceito de “direitos patrimoniais disponíveis” é aberto e deve ser interpretado caso a caso. No entendimento do IBP não seria recomendável elenca-los no contrato. Cada parte terá oportunidade de defender sua posição perante o tribunal sobre disponibilidade ou não de algum direito (e consequentemente sobre a competência ou não do tribunal arbitral sobre a respectiva disputa). A lista de exemplos de direitos patrimoniais disponíveis pode gerar dúvidas sobre a competência do tribunal arbitral, que deve ser a mais ampla possível, nos termos da lei, para evitar insegurança jurídica. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 37.5 | Quitação das obrigações ao término do Contrato de Partilha de Produção e após o cumprimento de todas as obrigações previstas neste Contrato, a ANP emitirá em favor de cada um dos Contratados, no prazo máximo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_) dias, a contar do recebimento da solicitação por escrito pelos Consorciados, o respectivo Termo de Quitação, ressalvando-se aquelas obrigações previstas nas Cláusulas 26, 34 e nos demais dispositivos legais aplicáveis. | A quitação pleiteada visa a conferir maior segurança ao investidor que, após ter realizado vultosos investimentos e cumprido todas as obrigações previstas no Contrato e demais Portarias da ANP aplicáveis, em especial na Portaria ANP nº 114, de 25 de julho de 2001, deseja receber da ANP Termo de Quitação pelo cumprimento das obrigações contratuais. A quitação é direito do devedor sempre que cumpre as suas obrigações. É instituto pacificamente protegido e garantido nos termos do Artigo 319 e seguintes do Código Civil Brasileiro. Ressalte-se que a quitação ora pretendida diz respeito tão somente às obrigações previstas no Contrato, excluindo, portanto, aquelas advindas de outros deveres legais do Contratado, em especial sua responsabilidade civil, administrativa e penal por danos ao Meio Ambiente, ou em desrespeito ao compromisso de Confidencialidade, previsto na Cláusula 34 do Contrato, com previsão expressa de sobrevivência ao término do referido contrato. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo VII 3.1 | Compõem o Custo em Óleo, os gastos realizados pelos Contratados na Área do Contrato, aprovados no Comitê Operacional e reconhecidos pela Gestora, relativos às atividades de:   1. Exploração e Avaliação; 2. Desenvolvimento; 3. Produção; 4. desativação das instalações, incluindo o valor depositado no fundo de provisionamento; e 5. Pesquisa e Desenvolvimento | Na rodada LP1, o contrato, cláusula 7.4.1 identificava os custos P,D&I como recuperáveis em Custo em Óleo.  Entendemos que deve haver uma coerência por parte da ANP na interpretação do P,D&I como custo recuperável em Óleo.  Fazemos um paralelo com os Contratos de Concessão, com o abatimento desses valores da Participação Especial. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII –  3.2, “l” | pessoal relacionado às atividades listadas no parágrafo 3.1, observado que: | Há pessoas que não ficam dedicadas de forma integral e direta às atividades objeto do Contrato, mas que dedicam grande parte das suas horas de trabalho a estas atividades. Para o reconhecimento de tais horas de trabalho, a indústria comumente adota uma planilha, na qual as horas dedicadas ao projeto são computadas. Portanto, é importante o ajuste na redação para deixar claro que também serão considerados os gastos daquelas pessoas dedicadas em tempo parcial. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII –  3.2, “l”.l.2 | É também considerado custo direto do projeto, o trabalho dos empregados que venha a ser registrado no timesheet. | É importante que o contrato deixe explícita tal possibilidade. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII –  3.2, “l”. 1.1 | Tudo o que constitua total compensação pelos gastos com os empregados, mas não se limitando a: salários, inclusive de férias, horas extras, adicionais, inclusive de férias, comissões, gratificações, inclusive natalina, recolhimentos para o FGTS, seguros, inclusive médico, de vida e saúde, contribuição previdenciária obrigatória e complementar, tributos sobre a folha de pagamento e auxílios, inclusive de moradia e transporte, participação nos lucros e resultados, e outros direitos decorrentes de obrigações legais de acordo coletivo de trabalho; | Permitir que os operadores consigam recuperar adequadamente seus gastos com pessoal. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII  3.2, ”l”.1.2 | custos de apoio ao pessoal relacionado às atividades elencadas no parágrafo 3.1, desde que tais custos sejam facilmente identificáveis. | Vide comentário anterior. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo VII  3.2.  alínea “l”, 2) |  | Sugere-se a exclusão na medida em que, na prática, toda a recuperação das despesas com pessoal fica condicionada à aprovação da memória de cálculo, o que gera muita insegurança para o Operador. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo VII  3.2.  “l”, 2. 1 |  | Sugere-se a exclusão na medida em que, na prática, toda a recuperação das despesas com pessoal fica condicionada à aprovação da memória de cálculo, o que gera muita insegurança para o Operador. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo VII 3.2, | m) Outros custos indiretos identificáveis que beneficiam a Operação. | Inclusão visa a facilitar o reconhecimento de gastos indiretos, mas que não se caracterizam como *overhead*. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo VII 3.2, | n) facilidades e gastos condominiais compartilhados entre projetos conduzidos pelo mesmo Operador, visando otimização desses recursos. | A inclusão do item visa possibilitar que os operadores possam compartilhar os recursos descritos entre os diversos projetos do seu portfólio, possibilitando o ganho de escala e melhoria da economicidade dos projetos.  A falta de um item que viabilize esse compartilhamento onera excessivamente a gestão dos operadores que se veem obrigados a implantar uma estrutura específica para cada projeto. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII 3.2.1 a) | a) Fase de Exploração:  a.1) 3% (três por cento), para gastos até R$ 50.000.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); e  a.2) 2% (dois por cento), para gastos superiores a R$ 50.000.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). | As áreas objeto de licitação são offshore e estratégicas, exigindo a alocação de diversos recursos do Operador. Portanto, entendemos necessário elevar os valores para que estes estejam de acordo com o projeto em questão.  Desta forma, sugere-se que os valores sejam revistos, de modo a alinhá-los com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, com o objetivo de possibilitar a recuperação dos gastos do Operador. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII 3.2.1 b) | b) Fase de Produção:  b.1) 2,5% dos gastos na Etapa de Desenvolvimento  b.2) 2% após a Etapa de Desenvolvimento. | Idem justificava anterior, sendo que para a Fase de Produção se propõe a elevação dos percentuais. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo VII  3.4.2 | As embarcações a que se refere a alínea “c” incluem aquelas embarcações utilizadas para o alívio da plataforma e Escoamento da Produção até terminais ou áreas de transbordo. | O sistema de escoamento da produção, principalmente nos campos localizados no pré-sal, adota a etapa de transbordo em área marítima ou em terminais de embarque. Criar distinção entre os modelos de oleodutos e o que utiliza embarcações não faz sentido. Não é razoável criar condições não isonômicas por conta da eleição de um sistema de escoamento via embarcação e não via oleoduto, desde que aprovados no Plano de Desenvolvimento pela ANP. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 3.7 | São recuperáveis como Custo em Óleo os gastos com aluguéis, afretamentos e arrendamentos, exclusivamente durante o período em que o bem ou o direito estiver a serviço ou à disposição para as Operações, incluindo custos e despesas de mobilização e desmobilização. | É importante que todos os custos relativos aos aluguéis, afretamentos e arrendamentos sejam recuperáveis, aí incluídos os custos de mobilização, desmobilização e tempo que os equipamentos estiverem disponíveis para o projeto. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 3.8 | Os gastos praticados pelo Contratado nas transações com pessoas jurídicas afiliadas, que tenham cumprido os procedimentos de aprovação e comprovação previstos nas cláusulas 3.34 e 3.35 do Anexo XI - Regras do Consórcio, serão reconhecidos como Custo em Óleo | A sugestão visa a esclarecer que quando uma afiliada é contratada mediante um processo competitivo, isto é, que teve a participação de outros fornecedores, não há que se falar em reavaliação do preço obtido nesse processo competitivo.  Situação diversa ocorre quando a afiliada é contratada sem processo competitivo. Para este caso é que o preço será definido à luz das regras de preço de transferência.  Portanto, sugerimos que o contrato permita a dedutibilidade do valor do contrato com a afiliada em sua integralidade, quando o preço for definido em processo competitivo. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo VII – 3.8.1 |  | Mesma razão do comentário acima. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo VII – 3.8.2 |  | Mesma razão do comentário acima. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 3.9, e | Encargos financeiros e amortizações de empréstimos e financiamentos dos Consorciados exceto quando decorrentes do reconhecimento contábil como direito de uso das operações previstas nas operações de Aluguel, afretamento e arrendamento mercantil de bens e equipamentos utilizados nas Operações. | Entendemos que a vedação à recuperação de Custo em Óleo de encargos financeiros, amortizações de empréstimos e financiamentos refere-se às operações financeiras pertinentes exclusivamente aos consorciados. Mas deverão ser incluídos como Custo em Óleo eventuais encargos financeiros, amortizações de empréstimos e financiamentos pertinentes aos bens e serviços adquiridos pelo consórcio e que estejam diretamente relacionados com as atividades previstas no parágrafo 3.1 do Anexo VII. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo VII – 3.9, f |  | Em linha com outras sugestões relativas ao retorno da dedutibilidade do P,D&I. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII, 3.9, j | reposição de bens, equipamento e insumos que forem perdidos, danificados ou inutilizados em virtude de dolo, imperícia, negligência, ou imprudência por parte do Operador, seus prepostos, contratados, afiliados ou associados | Caso Fortuito, Força Maior, Fato de Terceiro são situações típicas de exclusão de responsabilidade, logo a reposição desses bens deve ser reconhecida como Custo em Óleo.  No modelo atual de CPP (Anexo VII, Cláusula 3.14.10), há previsão de que não serão reconhecidos como Custo em Óleo os gastos com a reposição de bens, equipamento e insumos que forem perdidos, danificados ou inutilizados em virtude de caso fortuito, força maior ou fato terceiro, bem como nas modalidades de culpa - imperícia, negligência ou imprudência.  A Cláusula 3.14.10 parece demasiadamente restritiva e pode gerar excessiva onerosidade ao Contratado, propondo que estejam adstritos somente aos casos de não recuperação do Custo em Óleo para reposição de bens, equipamento e insumos que forem perdidos ou danificados em razão de culpa do Operador, permitindo a recuperação de gastos com a reposição de bens, equipamentos em virtude de causas alheias à vontade do Operador/Contratados, tais como Caso Fortuito, Força Maior e Fato de Terceiro.  Perdas que decorrerem de atividades normais e regulares do Operador de acordo com as Melhores Práticas da Indústria devem ser recuperáveis |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 4.3.2 | Até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente à ocorrência dos gastos, o Operador deverá carregar o SGPP com os referidos saldos. | A prática na indústria é trabalhar com saldos. A análise dos lançamentos deve ocorrer na auditoria, assim como é feito no âmbito do consórcio. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo VII – 4.3.5 | O formato e detalhamento do SGPP será disponibilizado ao Operador antes do início dos gastos do Contratado. | Detalhamento prévio garante segurança jurídica aos contratados. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 4.5 | A Gestora poderá solicitar informações adicionais de gastos já reconhecidos como Custo em Óleo até o período de Auditoria. | Limitação temporal garante segurança jurídica aos contratados e alinha-se à melhor prática internacional. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 4.5.1 | O Operador disporá de 90 (noventa) dias contados da data do recebimento da solicitação para prestar os esclarecimentos devidos. | Permitir tempo hábil para prover os esclarecimentos necessários. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 4.7 | O Operador deverá manter a disposição da Gestora e da ANP, pelo prazo de 5 (cinco) anos após o carregamento no SGPP, todos os registros comprobatórios dos valores carregados ao sistema. | Alinhar com o prazo da legislação fiscal administrativa e civil vigentes no país, bem como com o disposto na própria cláusula 4.6 do anexo VII. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 6.1 | O Operador deverá manter à disposição da Gestora, pelo prazo de 5 (cinco) anos após o carregamento no SGPP, todos os documentos comprobatórios dos gastos incorridos. | Alinhar com o prazo da legislação fiscal administrativa e civil vigentes no país, bem como com o disposto na própria cláusula 4.6 do anexo VII. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 6.2 | A Auditoria do Custo e do Excedente em Óleo será realizada pela Gestora a qualquer tempo, diretamente ou por meio de consultoria especializada, fazendo-se necessária a notificação prévia ao Operador com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias. | Garantir tempo hábil para levantamento de documentação, mobilização de equipe, em linha com a prática da indústria |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 6.2.2 | A periodicidade mínima para a realização da Auditoria do Custo e do Excedente em Óleo é de 1 (um) ano. | Garantir tempo hábil para levantamento de documentação, mobilização de equipe, em linha com a prática da indústria. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo IX | Ver tabelas no fim deste arquivo. | Ver justificativa da Cláusula Vigésima-Quinta |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo X  8.1 | O presente Contrato de Consórcio entrará em vigor na data de sua assinatura, assim permanecendo por 40 anos ou até que se encerrem todas as obrigações decorrentes do Contrato de Partilha de Produção ou de documentos específicos a serem firmados entre as partes. | Podem ser estabelecidas obrigações em documentos específicos celebrados entre os Consorciados e que prevejam obrigações que tenham vigência para além do CPP. Dessa forma, faz-se necessária a inclusão de previsão de que o Contrato de Consórcio terá vigência enquanto essas obrigações específicas, que vinculam os Consorciados, estejam vigentes. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI - Tabela de Competências e Deliberações – item 21 | Outros assuntos relacionados à Fase de Exploração que venham a ser deliberados até, inclusive, a submissão de um Plano de Avaliação de Descoberta à ANP. | Deixar expresso que o marco adequado para a aplicação do quórum previsto no item 21 é a submissão de um Plano de Avaliação de Descoberta à ANP. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI - Tabela de Competências e Deliberações – (\*) | Decisões que, quando ocorrerem até a apresentação de um Plano de Avaliação de Descobertas à ANP, submetem-se à deliberação D4 e, quando ocorrerem após a apresentação de um Plano de Avaliação de Descobertas à ANP, submetem-se à deliberação D3. | Entende-se que a alteração do quórum deve ocorrer após a apresentação do Plano de Avaliação de Descobertas à ANP, e não após mera submissão ao Comitê Operacional para deliberação.  O racional adotado é que a participação da Gestora ocorra após a aprovação de um PAD pela ANP. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI - 1.22 | Nas deliberações D4, salvo na Declaração de Comercialidade da Jazida, o presidente do Comitê Operacional poderá exercer seu poder de veto a partir do momento em que um Plano de Avaliação de Descoberta for apresentado ao Comitê Operacional. | Comentário em linha com o anterior. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo XI, 1.3.1 | No exercício de seu direito de voto e veto, a Gestora não poderá levar o Consórcio a adotar condutas antieconômicas que, por ação ou omissão, comprometam a economicidade e a rentabilidade das Operações para quaisquer dos Consorciados. | Tendo em vista o peso significativo nas votações que a Gestora possui no âmbito do consórcio, a Cláusula proposta visa a garantir que a Gestora observe em suas decisões alguns critérios de eficiência e economicidade. Dessa forma, sugere-se inclusão da cláusula 1.3.1 no Anexo XI, prevendo que no exercício de seu direito de voto e veto a Gestora não poderá levar o Consórcio a adotar condutas antieconômicas que, por ação ou omissão, comprometam significativamente a economicidade e a rentabilidade das Operações para quaisquer dos Consorciados. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI, 1.25.4 d) | aprovada por, no mínimo, (i) o voto da Gestora somado à maioria simples dos Contratados, quando se tratar de obrigação com prazo fixado pela ANP em que o quórum de deliberação seja D1 ou D3, e (ii) maioria simples dos Contratados, quando se tratar de obrigação com prazo fixado pela ANP em que o quórum de deliberação seja D2 ou D4. | A previsão contida nesta cláusula tem como objetivo a redução do quórum para a aprovação de matérias que sejam relacionadas a obrigações regulatórias perante a ANP, não devendo implicar em uma alteração quanto às regras sobre o direito de voto da Gestora. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI, 1.29 | O voto intempestivo de qualquer Consorciado será considerado abstenção desde que impugnado por algum dos Consorciados. | Entende-se que todas as partes do contrato devem observar os prazos previstos no contrato para deliberações, inclusive a PPSA. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI, 2.2. p | realizar a gestão dos projetos de Exploração e Produção relacionados ao Contrato através de metodologia baseada em referências de mercado. | A gestão dos projetos de E&P é prática do Operador, o qual já foi devidamente qualificado tecnicamente, não cabendo ao contrato estabelecer a estrutura pela qual o Operador realizará a gestão de suas atividades. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo XI – 2.7 |  | Considerando que a cláusula dispõe sobre o regime de responsabilidade aplicável aos contratados, entende-se que tal previsão deve constar nos instrumentos contratuais celebrados entre estes. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI  3.25 | Procedimento A: É admitida a contratação direta de fornecedores de bens e serviços de valor até US$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares norte-americanos), vedado o parcelamento para a aquisição de um mesmo bem ou serviço. | A sugestão encontra amparo tanto na prática internacional instrumentalizados nos padrões dos *Joint Operating Agreements*, assim como no art. 1º, § 7º do Decreto 9355/2018. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo XI –3.26.2.1 | Caso o Operador venha a constatar uma situação de mercado em que existam menos de 3 (três) fornecedores para contratação de um item ou serviço, o Operador poderá promover o procedimento de contratação tão somente com aqueles fornecedores qualificados. | A obrigação do operador promover procedimentos de contratação com a participação mínima de três fornecedores qualificados, já está contemplada na cláusula 3.26.2, não sendo necessário repetir tal previsão na cláusula 3.26.2.1.  Além disso, como já sugerido anteriormente, na ausência de três fornecedores, não deveria ser exigida a aprovação do Comitê Operacional sob pena de engessar/burocratizar o procedimento de contratação em meio a uma situação excepcional.  Para determinados produtos e serviços, o mercado fornecedor é muito restrito, dificultando o atingimento do número mínimo de 3 fornecedores. Dessa forma, entendemos ser necessário estabelecer uma previsão para regular tais casos excepcionais. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo XI  3.26.3 |  | Vide inclusão de procedimento específico no item 3.34 abaixo. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo XI, 3.27.1.2 | Caso constatada a indisponibilidade do número mínimo de fornecedores qualificados previsto na cláusula acima, o Operador poderá promover o procedimento de contratação tão somente com aqueles fornecedores qualificados. | Assim como sugerido na cláusula 3.26.2.1, é importante esta previsão para o procedimento C, conforme justificativa acima. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI, 3.27.2 | O Operador disponibilizará aos demais Contratados uma lista preliminar dos participantes do procedimento de contratação, que deverá ser completada com indicações de até três fornecedores adicionais por qualquer dos Contratados mediante requerimento ao Operador em um prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da lista preliminar. | Objetiva limitar a quantidade de indicações apresentadas pelos consorciados para evitar a apresentação de número muito grande de fornecedores, o que dificultaria a escolha e deixaria o processo menos célere. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo XI  3.27.5 |  | Vide inclusão de procedimento específico no item 3.34 abaixo. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI, 3.28 | Os limites de valores para a determinação do procedimento ordinário de contratação a ser utilizado pelo Operador, que poderão ser revistos a cada 5 (cinco) anos pelo Comitê Operacional, são os seguintes:  **Procedimento A:**  Operações de Exploração e Avaliação: 0 até USD 0.5 MM  Operações de Desenvolvimento: 0 até USD 1 MM  Operações de Produção: 0 até USD 0.5 MM  **Procedimento B:**  Operações de Exploração e Avaliação: USD 0.5 MM – 5 MM  Operações de Desenvolvimento: USD 1 MM – 10 MM  Operações de Produção: USD 0.5 MM – 5 MM  **Procedimento C:**  Operações de Exploração e Avaliação: > USD 5 MM  Operações de Desenvolvimento: > USD 10 MM  Operações de Produção: > USD 5 MM | As áreas objeto de licitação são offshore e as contratações envolvem valores elevados. Como um exemplo, não conseguimos identificar contratações que pudessem estar dentro do limite de US$ 15 mil previsto para o procedimento A. Portanto, entendemos necessário elevar os valores para que estes estejam de acordo com os investimentos que serão realizados nas áreas objeto do certame.  As empresas possuem procedimentos internos próprios que asseguram que qualquer contratação de bens e serviços será realizada de forma a atender o melhor interesse das Partes.  Nesse sentido, entendemos que os procedimentos procuram dar somente uma maior possibilidade de participação para os não operadores, porém, de outra forma, acarreta em maior demora e burocratização do processo de contratação, o que pode levar a uma ineficiência. Tal ineficiência pode se dar tanto pela demora quanto pelo aumento dos custos.  Desta forma, sugere-se que os valores sejam revistos, de modo a alinhá-los com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, visando uma maior eficiência nas operações. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI, 3.30 | A definição do procedimento deverá considerar a taxa de câmbio de compra do primeiro dia útil do mês, que fixará o valor da tabela constante na cláusula 3.28 no referido mês. Como referência para definição do procedimento a ser adotado, será considerada a data de início do procedimento de contratação. | Entendemos que há dois marcos necessários para a definição do procedimento de contratação que será adotado: (i) data de conversão da tabela e (ii) o momento em que o operador define qual procedimento será adotado. Isso porque a mera conversão da tabela concretiza o valor em reais, ao passo que o início do procedimento de contratação determina o procedimento. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI, 3.31.1 | Os procedimentos extraordinários de contratação só poderão ser adotados em situações em que fique comprovada a competitividade dos preços praticados, bem como o ganho de escala para o projeto, conforme regulamentado no Regimento Interno do Comitê Operacional. | A alteração do item visa possibilitar que os operadores possam fazer adesão aos contratos já existentes, preservando a necessidade de comprovação da competitividade de preços. Dessa forma, os operadores poderão obter ganho de escala, gerir portfólio de forma mais eficiente em vez de onerar excessivamente sua estrutura com contratos específicos para cada projeto. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo XI, 3.33.1 |  | Uma vez que a Gestora não é parte das empresas estrangeiras, e a aprovação da contratação será aprovada pelo Comitê Operacional do qual a Gestora é parte, entendemos que não há razão para que a Gestora participe na definição da estratégia relacionada a aquisição de bens e serviços elegíveis ao REPETRO. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo XI, 3.34 | Qualquer consorciado poderá, mediante solicitação, ter acesso à cópia dos contratos firmados pelo Operador através dos procedimentos B e C. Na hipótese de contratação através do procedimento extraordinário, o Operador poderá apresentar apenas a parte dos contratos relativas às operações objeto deste Contrato, omitindo as informações relativas aos outros projetos. | É relevante considerar a possibilidade de o operador retirar as informações sobre outros projetos quando adotado o procedimento extraordinário, pois é importante assegurar a confidencialidade das informações. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI, 3.34.1 | Os valores poderão ser revistos pelo Comitê Operacional com periodicidade mínima de 2 (dois) anos. | Sugerimos que o prazo seja menor para evitar que os valores previstos na tabela estejam em descompasso com o mercado. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo XI – 4.2, e | Declaração de Comercialidade | Caso não obtida a unanimidade necessária para a Declaração de Comercialidade, é importante assegurar a possibilidade de que esta seja feita como operação exclusiva, já que quem seguiu com as operações não poderá obrigar a outra parte a concordar com a Declaração de Comercialidade. |















